

Algumas expressões nossas: sentido e datação

Jean Lauand¹

Resumo: O artigo apresenta alguns verbetes de expressões brasileiras, buscando esclarecer seu uso, datação e sentido.

Palavras Chave: expressões brasileiras. uso, datação e sentido.

Abstract: This article presents some expressions of Brazilian slang and idioms on their datation, meaning and usage.

Keywords: Brazilian slang. Brazilian idioms. datation. meaning.

Introdução

Expressões brasileiras, seu significado e datação

Este artigo é dedicado a comentar e, na medida do possível, datar a aparição em nossa imprensa de algumas expressões brasileiras .

Para a elaboração destes verbetes comentados, contamos com a preciosa ferramenta para estudos de fraseologia: o imenso banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (abreviaremos por BN), que permite a consulta *on-line* de milhares de periódicos, desde o surgimento da Imprensa brasileira, no início do século XIX. Em cada citação (na qual manteremos a grafia da época), indicamos o órgão de imprensa, a data de publicação e o Estado da Federação do qual ela procede.

Aloprado

Após um par de incidências de sentido duvidoso na BN nos anos 30, “aloprado” surge, de verdade, em 1945, com o sentido de “excêntrico”: o ator Dennis Morgan “é todo aloprado em relação a gostos (...) será que ele é do contra?” diz a revista “O Cruzeiro” em sua edição 33. E já em suas primeiras aparições o vocábulo vai se firmando no sentido de “amalucado” e “desatinado”.

Curiosamente como verbo, “aloprar”, só surge na BN anos depois:

Só falta agora trazer Maria Antonieta Pons e aloprar de uma vez por tôdas os “fans” cá de casa...
 (“Gazeta de Noticias” RJ, 23-04-1952).

Aura ou áurea?

Com o declínio do domínio da língua portuguesa, alguns (até mesmo na imprensa) acabam por substituir certas palavras por ou tras, que lhes são mais familiares, e que não têm nada a ver com o vocábulo que sofre essa agressão. É o que

¹. Professor Titular Sênior da FEUSP. Professor Colaborador do Colégio Luterano São Paulo. jeanlaua@usp.br.

está acontecendo, por exemplo, com a expressão latina *mea culpa* (*veja verbete*), que por ignorância está sendo trocada por “meia culpa”.

O mesmo ocorre com “aura” (“conjunto de elementos sutis que caracterizam dada coisa ou pessoa; ar”, segundo o Houaiss), que foi tranquilamente substituída por “áurea” na fala do jornalista Paulo Mathias. Comentando os efeitos políticos dos atos terroristas do tenebroso domingo de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), o apresentador da TV Jovem Pan disse:

Depois do domingo, muita coisa mudou, eu acho pelo menos. Porque o Lula agora, ele ganha uma áurea, depois do domingo, que é uma áurea do tipo: “Não façam oposição a mim, porque eu sou o defensor da paz” (programa Morning Show, 10 de janeiro de 2023).

Azucrinar

A sonoridade de “azucrinar”, palavra que surge na BN na década de 1870, combina muito bem com seu sentido de apoquentar, atazanar, aborrecer, chatear e nos deixar macabúzios e sorumbáticos – para jogar com outros vívidos termos da época.

Azucrinar comporta também um componente de insistência, como acontece neste exemplo:

O carioca deve andar muito aborrecido em ouvir fallar sómente, com uma insistência de azucrinar, em nosso centenario de independencia (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1920).

A insistência aborrecida é também típica dos mosquitos, como nesta advertência da *Revista da Semana* (Rio de Janeiro, 16 de junho de 1928), então na iminência de uma epidemia de febre amarela:

Se todos os mosquitos se limitassem a azucrinar, seriam ainda toleraveis. A alguns mosquitos, porém, foi commetida a tarefa de distribuir-nos o impaludismo e a febre amarella.

Contemporâneo da expressão “azucrinar” (ou talvez até anterior a ela) é seu sinônimo “azucrim”, que pode ser usado também para a pessoa que chateia. A palavra era tão conhecida que foi usada para explicar a então nova gíria “cacete”:

Cacête é sinônimo de azucrim e de toda a palavra inventada ou por inventar para significar a pessoa, a cousa, o facto que nos aborrece (*A Pacotilha*, Maranhão, 3 de agosto de 1881).

O azucrim pode ser uma pessoa ou um tipo de pessoa. Ante um mendigo que bate à porta, o dono da casa murmura: “Mais um azucrim!” (*O Orbe*, Alagoas, 31 de outubro de 1886). E a um orador de discurso infundável e insosso é lançado este pensamento: “Um azucrim desse calibre só merece o esartejamento completo” (*Gutenberg*, Alagoas, 22 de janeiro de 1896). Na segunda metade do século 20, azucrim está praticamente extinto da linguagem viva.

Bafafá

A primeira aparição na BN dessa quase onomatopaica palavra dá-se em 2 de dezembro de 1880, na carioca Gazeta da Tarde:

Um carcamano furioso fazia hontem, na rua do Conde D'Eu, um bafafá imenso.

Per la Madonna, amico mio, disse-lhe a policia, conduzindo-o ao xadrez.

(foi para/ir para o) Beleléu/a cucuia

Essas locuções sinônimas e com palavras de animada sonoridade surgem na década de 20 do século 20. As palavras “beleléu” e “cucuia” praticamente só se empregam nessas locuções, que significam malogro, fracasso, não produzir resultados.

Beleléu (também na locução “mandar para o beleléu”) tem sua primeira aparição em *O Combate* (São Paulo, 21 de maio de 1927), que, comentando a situação da Associação Atlética Bandeirantes, afirma:

O Marino foi-se embora, a turma do Alcibio foi... para o beleléu. Já a locução sinônima, com cucuia (também na forma “ir pras cucuia”), surge em 1921, em notícia que dá conta de que um sujeito adentrou sem licença uma determinada chácara:

Avisado da existência alli de um cão de fila, disse não temer e que era homem para mandal-o para a cucuia (*O Fluminense*, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1921).

No caso de “cucuia”, temos uma provável origem: o antigo Cemitério da Cucuia, na Ilha do Governador, referido nos jornais da época.

Bochicho

Segundo o Houaiss:

1. aglomeração ruidosa de pessoas, esp. jovens, em áreas públicas, bares etc., como forma de lazer; agitação, agito, muvuca
2. perturbação da ordem; confusão, tumulto, bochinche
3. (1969) m.q. boato (no sentido de 'notícia de fonte desconhecida', 'maledicência')

As duas primeiras aparições na BN são da década de 30 (são as únicas nesse decênio) e indicam origem diversa da gíria: paulista ou gaúcha. “Bochicho” surge na imprensa nacional no carioca “Jornal dos Sports” de 20-05-1933. elogia a punição de dois futebolistas que se envolveram em um conflito no jogo do Palestra contra o Ponte Grande. Louva a suspensão de dois atletas...:

...personagens do ultimo bochicho, para empregar a palvra da gyria paulista (...).

O próximo na BN a valer-se da expressão foi ninguém menos do que Oswaldo Aranha. Falando da sucessão presidencial, o diplomata comentou em tom apaziguador:

“Esta é corrida que se corre sem bochicho” [E o repórter explica:] Bochicho no falar fronteiriço [do Rio Grande], quer dizer arruaça. (“A Tribuna” SP, 01-12-1936).

Como bem aponta o Houaiss, o sentido de boato é mais tardio. Encontramos em “O Reporter” de Uberlândia, de 29-10-1968:

Germano Coutinho esteve em Uberlândia novamente. (...) Vejamos quando será a próxima visita, para podermos investigar algo e fazer o “bochicho”, é lógico.

Caso sério

“Caso sério. 1. Pessoa ou ocorrência que exige especial atenção por problemática: ‘a doença desse rapaz é um caso sério’. 2. Pessoa ou ocorrência notável por sua excepcionalidade (em sentido positivo ou negativo): “os encanaenos desse edifício são um caso sério”, ‘ela é muito linda, um caso sério!’” (Houaiss).

A expressão, muito comum, intitula um dos maiores sucessos de Rita Lee: “Você e eu somos um caso sério” (no caso, com a ambiguidade da palavra “caso”...). A expressão antiquíssima, tem já mais de 200 anos na BN (!), sempre foi muito usada coloquialmente e também na imprensa nacional.

Após uma primeira aparição na “Gazeta do Porto” (09-11-1820), nos anos 1830 contará já com 20 ocorrências em jornais brasileiros.

(o) Choro é livre

Expressão que se emprega para indicar que os fatos estão aí e se impõem, independentemente de nossa vontade, e ironiza aqueles que, em vão, não se conformam com eles, recomendando-lhes que podem se entregar livremente ao inútil lamento do choro. A expressão é muito antiga na BN, remonta a 1877, no título de um editorial de *O Liberal* (Belém, 27 de novembro de 1887), que investe contra críticas que um jornal opositor dirigiu a artigo dessa folha, qualificando-o de “torpe especulação da oposição liberal”.

O editorial rebate essas críticas, uma por uma, e vai pontilhando ironicamente em cada parágrafo, como em ladainha, “torpe especulação da oposição liberal”.

Usava-se frequentemente também a forma sinônima “o pranto é livre”.

Sobre a possível origem (completa) da expressão, o satírico *O Malho*, de 17 de março de 1906, põe na boca do Zé-Povinho, desolado com os amargores da política, a afirmação de que só lhe resta chorar no quarto: “O choro é livre... de imposto”.

Cobras e lagartos

Expressão tão antiga quanto a imprensa brasileira. Sua primeira aparição se dá no número 3, de junho de 1822, de *O Macaco Brasileiro*, bissemanário publicado no Rio de Janeiro que defendia a causa brasileira contra os portugueses, às vésperas da Independência. “Macaco” é o macaco velho e calejado (com alusão irônica ao insulto usual dirigido aos brasileiros na época).

A passagem que nos interessa é um registro dos apodos dirigidos aos paulistas nas Cortes de Lisboa e dos comentários da redação do jornal:

Barbaros! Incultos! Selvagens! Índios! Tupinanbas! Dizendo, que todos estes nomes ainda vêm minguidos, e que ainda estão abaixo do Gentio! Então diz cobras, e lagartos...

De quebra, o mesmo parágrafo nos brinda com a expressão “estar com a faca e o queijo na mão”, informando-nos assim de que ela, tam bém, é pelo menos bicentenária.

(qual é o) Cúmulo?

São frequentes, ainda hoje, aquelas piadinhas mais ou menos infames de cúmulo: “Qual é o cúmulo da rapidez? Trancar a gaveta e colocar a chave dentro”, “Qual é o cúmulo da confiança? Jogar palitinho pelo telefone”. Essas brincadeiras são muito antigas e remontam ao século XIX. Aqui apresentaremos uma seleção extraída do *Jornal Pequeno*, de Recife (PE), que a partir de 27 de julho de 1898 apresentou a coluna “Cumulos” em sua seção “Humorismo”.

Um aspecto interessante para o pesquisador é o de muitas dessas piadas jogarem com o sentido duplo ou metafórico de expressões da época, algumas enigmáticas para nós, pois ligadas a formas caídas em desuso, como quando hoje dizemos: “Qual é o cúmulo da higiene? Lavar a alma” ou “Qual o cúmulo da visão? Derrubar dez lutadores com apenas um golpe de vista”.

Passemos então a uma amostra de cúmulos apresentados pelo *Jornal Pequeno* em 1898:

Cúmulo da devoção – Ouvir missa dita por um frade de pedra [pilar fixado no chão para impedir a passagem de veículos ou para amarrar as rédeas dos animais].

Cúmulo do caiporismo – Ter uma sogra [de nome] perpetua.

Cúmulo da gulodice – Comer o Pão de Assucar.

Cúmulo do equilíbrio – Construir castellos no ar.

Cúmulo da segurança – Passar na rua do Sebo sem escorregar.

Cúmulo da força physica – Partir os raios com a mão.

Cúmulo da dextreza – Dar um tiro numa historia.

Cúmulo da ortographia – Por ponto de theatro no final de uma oração.

Cúmulo do luxo – Um capitalista mandar enfeitar os vestidos da esposa com as rendas de seus capitaes.

Cúmulo da fome – Roer coirana [arbusto de odor desagradável].

Cúmulo da religião – Ouvir missa na capella dos olhos.

Cúmulo da agilidade – Trepas aos cornos da lua.

Dar uma mãozinha

A forma afetiva, tão brasileira, “dar uma mãozinha”, superou o uso da original “dar uma mão”.

A versão afetiva surgiu na BN em 1929 e rapidamente sae impôs. Ela aparece por primeira vez na tradução, do inglês, de uma crônica e, por ser nova, vem entre aspas:

Não falta cá uma meia dúzia de pretensos Sherlock Holmes que tratam de “dar uma mãozinha” para a elucidação do crime...

(“Diario de Pernambuco”, 29-12-1929)

Estar com a macaca

Em um primeiro sentido, a expressão pode significar que alguém apresenta uma alteração de ânimo, inquietação, exaltação ou irritação, talvez sem razão aparente: simplesmente a pessoa “acordou com a macaca”, com toda a imprevisibilidade do primata (e mais: da fêmea do símio)

Assim, em uma de suas primeiras incidências na BN, descreve-se um desentendimento em um bingo: um dos participantes reclama e exige que se remexam

mais as pedras antes de cada sorteio. Ao ser repreendido e reconhecendo seu exagero, se desculpa:

- Desculpe, não é por duvidar, mas é que hoje estou com a macaca.
("Cidade do Rio", 06-09-1895)

Desde suas primeiras aparição na BN (como em "Carbonario" RJ, 24-11-1882, ou "Espectador" RJ, 01-04-1883) a expressão pode também se referir a uma onda de azar. Como na notícia do caso do ladrão:

Pedro José de Souza, conhecido gatuno *escrunchante*, anda com a macaca
("Cidade do Rio", 28-11-1901)

O repórter narra que, após inesperados revezes em sua tentativa de fuga, o meliante acabou preso... Paradoxalmente, a imprevisibilidade da macaca, permite que estar possuído por ela possa significar também uma maré de sorte.

Assim, a revista "Intervalo" (RJ, 1972, No. 485), começa a matéria "É muita sorte, Arnaldo", dizendo que Arnaldo Bisoni, dirigente de futebol, "está com a macaca": Foi impedido de embarcar em um avião, que veio a cair e, no mesmo dia, ganhou na loteria...

Finalmente, "estar com a macaca" pode significar ainda estar em um dia de excepcional genialidade e brilhantismo, como quando se diz: "ele estava com a macaca no exame, simplesmente gabaritou em exatas, português e biológicas!". Assim, Esquedinha, jogador do Comercial, "estava com a macaca" e aplicou histórico baile, durante toda a partida, no zagueiro Luizinho do Juventus, que acabou por agredi-lo pela humilhação e Esquedinha foi parar no hospital... ("A Noite" RJ, 08-09-1952).

Famigerado, fracasso e estupendo – usos caídos em desuso

Além do fenômeno da alteração semântica de certas palavras – ou de uma autêntica inversão –, ocorre por vezes que, ao longo do tempo, alguma das acepções de determinado vocábulo caia em desuso, especializando-se um único sentido original da palavra.

Foi o que aconteceu com "famigerado" e "fracasso". Originalmente – e ainda hoje os dicionários assim o registram –, "famigerado" era simplesmente famoso, para o bem ou para o mal, mas hoje é só usado no sentido pejorativo de "tristemente afamado". Do mesmo modo, "fracasso" era (seguindo o italiano) "som estrepitoso provocado pela queda ou destroçamento de algo; barulho; estrondo" (Houaiss), mas hoje só é usado no outro sentido: "falta de êxito; malogro; derrota" (Houaiss).

Assim, não deve causar espanto que, em uma das primeiras aparições na imprensa, "famigerado" seja usado também para indicar a boa fama. Antes de tecer rasgados elogios ao Imperador Antonino, um estudo no *Correio Braziliense* (Londres, julho de 1816) diz:

Antonino, este Imperador tão famigerado pelas suas virtudes.

O mesmo ocorre com "fracasso". Nas primeiras aparições na imprensa, nós o encontramos no sentido de "estrondo", como quando lemos que a Rússia, embora colossal por suas dimensões, é frágil e pode sofrer uma desagregação de seus membros:

(a Rússia, invulnerável a embates exteriores,) encerra elementos heterogeneos, que podem muito bem desligar-se com estupendo fracasso (Astrea, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1827).

O parágrafo acima nos dá, de quebra, o uso de “estupendo” não no sentido único vigente hoje, de admirável e maravilhoso, mas do sentido caído em desuso, de algo “que causa espanto pela enormidade; colossal, monstruoso, descomunal” (Houaiss).

Ganhar no grito

A primeira ocorrência dessas expressão na BN se dá em *A Noite* de 18 de maio de 1950, num texto sobre o jogo Brasil e Uruguai, no qual o time brasileiro conquistou a Taça Rio Branco, vencendo por 1x0. Nele, o goleiro do Brasil reclama:

Eles queriam ganhar no grito. Fizaram tudo que era possível. Será que nem dentro de nossa casa? É bom que o público calcule como são as coisas lá fora.

Nesses primeiros tempos, a expressão não tinha ainda o significado preciso de hoje: querer influenciar as decisões do árbitro por meio de reclamações insistentes e veementes. No exemplo acima, a queixa se refere antes à violência do adversário em campo.

O jornalista Armando Nogueira, celebrando a conquista da Copa do Mundo de 1958 pelo Brasil, diz que ela se deveu a que nossos jogadores decidiram:

“Vamos ganhar no grito.” Ganhar no grito quer dizer ganhar na raça, ganhar no peito, na moral, no coração – vencer, custe o que custar (O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1958).

No ano seguinte, Bellini, capitão da seleção, contou que no meio do jogo, advertiu (e ameaçou) o colega chileno contra o jogo violento por eles praticado. E justificou:

Se deixarmos as coisas como estão, daqui a pouco querem ganhar no grito o jogo contra a gente (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1959).

Ideia de jerico

Como tantas outras, essa expressão surgiu numa marchinha de carnaval (e, ao que tudo indica, também na linguagem em geral), intitulada precisamente *Ideia de jerico*, uma das inúmeras músicas compostas por Haroldo Lôbo (esta em parceria com David Nasser), gravada por Carmen Déa em 1954.

Curiosamente, o sentido original na marchinha nada tem a ver com burrice. “Ideia de jerico” era simplesmente a mal disfarçada intenção libidinosa de velho metido a sassarico, que em suas paqueras usa de manhas como oferecer carona em seu “rabo de peixe” ou fazer cara de santinho. Note-se que a letra da canção não fala em “ter”, mas sempre o que se repete é “estar” (“ele está com ideia de jerico”), dando à nova expressão claramente o caráter de eufemismo para estado de excitação sexual, tesão.

A expressão caiu na boca do povo, que quase imediatamente descartou a maliciosa associação a intenso desejo devasso, ressignificando-a e passando a usar a locução somente para designar ideia tola, absurda e disparatada.

Invenções e seu impacto – cinematographo, telephone, automovel e elevador

Neste verbete recolheremos algumas curiosidades das primeiras reações a essas então revolucionárias máquinas no Brasil.

A primeira apresentação pública de cinema deu-se em Paris, em 28 de dezembro de 1895, realizada pelos irmãos Lumière. Não demorou a que chegasse ao Brasil. O *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, 9 de julho de 1896) relata como foi a primeira sessão em nosso país:

Omniographo

Com este nome, tão hybridamente composto, inaugurou-se hontem às duas horas da tarde, em uma sala à rua do Ouvidor, um aparelho que projecta sobre uma tela collocada ao fundo da sala diversos espectáculos e scenas animadas, por meio de uma serie enorme de photographias.

Mais desenvolvido do que o kinetoscopia, do qual é uma ampliação, que tem a vantagem de offerecer a visão, não a um só espectador, mas a centenas de espectadores, cremos ser este o mesmo aparelho a que se dá o nome de cinematographo.

Em uma vasta sala quadrangular illuminada por lâmpadas elétricas de Edison, paredes pintadas de vermelho escuro, estão umas duzentas cadeiras dispostas em fila e voltadas para o fundo da sala onde se acha collocada, em altura conveniente, a tela reflectora que deve medir dois metros de largura, approximadamente. O aparelho se acha por detrás dos espectadores, em um pequeno gabinete fechado, collocado entre as duas portas da entrada.

Apaga-se a luz electrica, ficando a sala em trevas, e na tela dos fundos apparece a projecção luminosa, a princípio fixa e apenas esboçada, mas vai pouco a pouco se destacando. Entrando em funcções o aparelho, a cena anima-se e as figuras movem-se.

Talvez por defeito das photographias que se sucedem rapidamente, ou por inexperiencia de quem trabalha com o aparelho, algumas scenas movem-se indistintamente em vibrações confusas; outras, porém, ressaltavam nitidas, firmes, accusando-se em um relevo extraordinario, dando magnífica impressão da vida real. Entre estas, citaremos: a scena emocionante de um incidente de incendio, quando os bombeiros salvam das chammas algumas pessoas; a da dança serpentina; a da dança do ventre, etc. Vimos tambem uma briga de gatos; uma outra de gallos, uma banda de musica militar; um trecho de boulevard parisiense; a chegada do trem; a officina de ferreiro; uma praia de mar; uma evolução espectacular de theatro; um acrobata no trapezio e uma cena intima.

O espectáculo é curioso e merece ser visto, mas aconselhamos aos visitantes a se acautelarem contra os gatunos. Na escuridão negra em que fica a sala durante a visão, é muito facil aos amigos do alheio o seu trabalho de colher o que não lhes pertence. A policia que tão bem os conhece poderia providenciar no sentido de impedir-lhes a entrada naquelle recinto.

No ano seguinte proliferam as sessões de cinematographo. De acordo com anúncio do Theatro Edison, elas eram oferecidas das 11 da manhã às 9 da noite e a entrada com cadeira custava mil réis (equivalente ao preço de sete exemplares do jornal, com média de dez páginas). Uma curiosidade sobre esse anúncio do Theatro Edison:

Os espectáculos realizados aos domingos e dias santificados são dedicados às Exmas. famílias e às crianças, pois nessas representações não ha nada de imoral (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1897).

Em 13 de outubro de 1880 foi criada a Brazilian Telephone Company, que em 1883 instalou no Rio de Janeiro cinco estações de mil assinantes cada uma.

Recolhemos aqui duas piadas da revista *Fon-fon* sobre as dificuldades de funcionamento dos aparelhos e dos usuários naqueles primeiros tempos. Mesmo quase 30 anos depois do telefone no Rio, as dificuldades eram notórias:

- Até a volta minha querida esposa, não sei quando voltarei!
 - Partes? Para onde? vais para o norte?, para o sul?
 - Antes fosse!
 - Meu Deus, onde é?
 - Vou fallar... no telephone!
- (Fon-fon, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1908)

E não faltavam os simplórios que não sabiam como lidar com o aparelho:

O Pafuncio Pimenta veio ha uma semana de Queimadinhos com a sua mulher para ver a Exposição (Nacional Comemorativa do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil).

Ante-hontem o seu correspondente convidou-o para almoçar.

– Não posso, respondeu o Pafuncio, a Barbara fica-me esperando lá no hotel.

– Você a avisa pelo telephone.

– Pello que?

– Pello telephone. É aqui neste aparelho.

E o correspondente explicou-lhe como se fallava.

– Allô, allô, grita o Pafuncio meio atrapalhado.

– Allô, responde-lhe uma voz, que deseja?

– Fallar com a Barbara.

– Que numero? hom'essa!

E virando-se para o correspondente, Pafuncio exclama: o homem que está aqui dentro pensa que eu tenho mais de uma mulher!

(Fon-fon, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1908)

O primeiro automóvel, um Peugeot, desembarcou no Brasil em 1891. Ao começar a se popularizar, 20 anos depois, a revista humorística carioca *Careta* publica algumas tiradas indicando como a novidade era vista pela sociedade: como um enorme perigo pela grande quantidade de acidentes e atropelamentos, um símbolo de status e ostentação, modernidade, privilégio de ministros, um bem de elevado preço e uma máquina causadora de ruído infernal. As citações a seguir são todas extraídas de diferentes edições daquela revista.

Uma charge da revista mostra um casal de roceiros vendo passar um automóvel na estrada:

Ella: Custa muito caro um passeio de automovel?

Elle: Custa pelo menos a vida de alguém distrahido.

(12 de junho de 1909)

Outra charge traz uma das espécies do gênero dos “snobs”, o sujeito

que chama um automovel e o faz esperar na porta para que o notem os vizinhos.

(18 de dezembro de 1909)

Ainda naquela revista, um cidadão escreve sobre sua pacata cidade, Teresópolis:

Pelos caminhos avermelhados, margeados de tapetes verdes, não vòa um unico automovel (...). Em compensação, as gallinhas só morrem na cosinha do hotel e os transeutes (se quiserem) andam de olhos fechados.

(15 de janeiro de 1910)

A um cidadão que por pouco não foi atropelado por um ruidoso automóvel em alta velocidade, grita-lhe o motorista:

– Não tenha medo. O automovel não é de ministro!

(19 de fevereiro de 1910)

Sob o título “Boatos”:

Houve forte tiroteio em Botafogo: seguindo forças para aquelle bairro, decobriu-se que o tiroteio não passava de um automovel que descarregava gazolina.

(15 de janeiro de 1910)

Um lavrador examinando um automóvel parado:

– E que roda é essa pendurada ao seu lado?

O chauffeur:

– É um pneumatico de reserva. Se rebenta no caminho algum, já tenho com que substituir.

– Ah! É muito engenhoso. Pois olhe eu ha 40 annos que ando a cavallo e nunca levei uma perna de reserva.

(26 de fevereiro de 1910)

Alguns anúncios satíricos da revista:

ALUGA-SE um automovel com as armas da Republica, para passeios e compras. Trata-se na garage do ministerio.

(18 de junho de 1910)

(Entre os requisitos para ser oficialmente considerado elegante:)

Art. 4º. (inciso 4): têm que entrar em um automovel pelo menos uma vez por semana.

(17 de setembro de 1910)

O Sr. Prefeito Municipal visitou hontem o bairro do Rio Comprido, tendo occasião de verificar os melhoramentos nelle introduzidos por seu illustre antecessor.

O automovel de S. Ex. só cahiu em 18 buracos e só teve arreventados 36 pneumaticos em duas horas de passeio.
(24 de dezembro de 1910)

Hontem por excepção não houve nenhum desastre de automovel na Avenida.
(21 de janeiro de 1911)

O automovel para numa curva para deixar passar o bonde e uma creança bem vestida aproxima-se e cumprimenta.
(Um dos passageiros do auto se admira.)
– Você cumprimenta assim todos os passantes?
– Não senhor; só os que andam de automovel. Papai me recomenda ser sempre delicado com elles, porque os automoveis lhe dão dinheiro a ganhar.
– Ah! agora comprehendo. Seu pai tem alguma garage, não é isso?
– Não senhor; elle é socio da Empreza Funeraria.
(18 de fevereiro de 1911)

A primeira referência a elevador em edifícios no século XIX², encontrada na imprensa, é em um relato de viagem à Europa feito pelo poeta Olavo Bilac, deslumbrado com as novidades que vivenciou em Londres:

E não sei que inexprimivel sensação de bem-estar, de conforto, de felicidade, se me espalhou voluptuosamente por toda a alma, quando me vi n'um largo quarto, tepido, do quinto andar do hotel, para onde um elevador electrico me tinha levado em menos de quatro segundos (Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1890).

A partir de 1906, a imprensa anuncia orgulhosos edifícios com elevador, misto de luxo e modernidade, mas também de perigo de acidentes. *O Seculo* (Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1906), entre as notícias vindas da Argentina, informa: “Em Rosario de Santa Fé incendiou-se o elevador electrico”.

O medo. Ainda em 1930, na revista *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro, 5 de julho de 1930), em crônica sobre o cabaré *Le Lido*, o articulista relata que senhoras não utilizam o elevador por medo de mal funcionamento e preferem descer a grande escadaria. No mesmo ano, a revista relata os avanços tecnológicos dos elevadores, com o advento dos arranha-céus americanos. Surgem os novos botões de chamada e controle, que tornam

o papel do cabineiro (ascensorista) de pouca ou nenhuma utilidade, ali estando unicamente, por assim dizer, para “fazer presença” (...). Não tardará muito para que essa profissão de cabineiro de elevador desapareça por completo (...), chegando-se a concluir que a única razão pela qual nelles (elevadores) figura um cabineiro é mais devido as apreensões dos passageiros do que por qualquer necessidade mecânica (O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1930).

O luxo. Se outros meios de transporte, os de longos trajetos, como a diligência (em sua época), o trem e o avião (e nem é necessário falar dos cruzeiros marítimos),

² Recolho aqui alguns trechos do verbete de mesmo título publicado no *Pequeno Dicionário de Expressões Brasileiras* (Editora Enguaguaçu, 2023).

apostavam no conforto/luxo e no requintado serviço de bordo, os poucos segundos que se passavam no elevador eram, quando do surgimento do equipamento, um imenso conforto e símbolo de status de quem o proporcionava: firmas, hotéis, lojas etc. Um exemplo interessante é o da Academia Scientifica de Belleza de Lisboa, que abriu filial no Rio de Janeiro em 1923, com Mme. Campos. Desde seus começos, ela investe no status do elevador (mesmo instalada no primeiro andar) para atrair suas grã-finas freguesas: “conforto, luxo, commodidade”.

Mas não se tratava só de comodidade, conforto e luxo. O elevador, um tipo especial de elevador, sob medida para nossa sociedade de discriminação e exclusão, foi decisivo para que a elite tupiniquim, a partir do fim dos anos 1930 e 1940, aceitasse viver em apartamentos: o elevador de serviço.

Assim o explica Pompeu de Toledo em seu livro sobre São Paulo:

Os moradores dos pioneiros prédios de aluguel eram pessoas de baixa renda. O lugar em que Jorge d’Alvelos, personagem de A estrela de absinto, de Oswald de Andrade, morava na avenida São João nem era chamado prédio de apartamentos, era prédio “de cômodos”. Num segundo momento, com a intenção de atrair os extratos superiores e vencer suas reservas contra a habitação coletiva, os empreendedores caprichavam para fazer os apartamentos parecer-se o mais possível com casas. Salas grandes e múltiplos dormitórios constituíam parte da receita, mas mais decisiva ainda foi a invenção do elevador de serviço, com as respectivas entrada de serviço e área de serviço – algo desconhecido na Europa e nos Estados Unidos. Com isso somava-se a vantagem de ter a criadagem por perto com a de mantê-la atrás de barreiras que as separavam dos patrões. Uma prática surgida séculos atrás, nas senzalas, depois reencarnada nas habitações dos empregados nos fundos das casas ou destacadas em edículas, sempre que possível com entrada independente, agora tomava o elevador para instalar-se nas alturas.³

O nefasto preconceito é ironizado em uma tirada da sarcástica coluna “Pif-Paf”, da revista *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro, 22 de junho de 1957):

Empregados devem cair somente no poço do elevador de serviço.

Ir levando

O significado dessa expressão registrado por Houaiss (“Deixar correr a vida, sem projetos nem preocupações”) ou por Aurélio (“ir no vai da valsa”) coincide com o registrado na primeira ocorrência dessa expressão na BN, saudando, em 1952, a “mais nova gíria carioca”:

(O gato preto,) infiel e leviano, sensual e matreiro vai, como diria a mais nova gíria carioca, levando (Manchete, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1952).

Mas pode acontecer também que a expressão indique a presença de adversidades, como na canção de Chico Buarque e Caetano Veloso (*Com toda a lama/A gente vai levando*). Nesse caso, ela se aproxima de um dos sentidos do *llevar*

³ Roberto Pompeu de Toledo, *A capital da vertigem – Uma história de São Paulo de 1900 a 1954*, Editora Objetiva, 2015, p. 472.

espanhol: suportar. Como em um clássico anúncio de azeite de onagra: *Hace más llevadero el ciclo menstrual al aliviar los síntomas premenstruales*.

Jus sperneandi

A irresistível propensão do brasileiro para a jocosidade não tardou em criar um latinório, um pseudo-juridiquês, *Jus sperneandi*, para indicar que a maneira irônica de dizer que a parte que perdeu no processo tem, pelo menos, o direito de reclamar, o “direito de espernear”, mesmo que sem nenhum efeito prático. A expressão é surpreendentemente antiga na BN, surge em 1911. Ante a inexorabilidade de medidas higiênicas de desinfecção, os opositores, em vão, protestaram:

De resto, não fazem senão usar de um direito liquido – o direito de espernear, que os Romanos [sic] chamavam *jus sperneandi* (“Jornal do Commercio”, RJ, 09-01-1911).

(o) Ladrão pensa que todos o são

Alguns provérbios de longa tradição desaparecem e não deixam substituto à altura. Para designar a injustificada projeção de suspeita que alguns lançam sobre os outros, um antigo provérbio, já registrado por Rolland, advertia: “O ladrão cuida que todos o são”. Em diversas variantes de formulação, ele se faz presente na imprensa desde 1828 (“Cuida o ladrão que todos o são”, *Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1828) e ao longo do século 19.

Caído em desuso no Brasil, deixou uma importante lacuna de comunicação (e até de percepção), como se vê pela grande frequência com que ainda hoje é empregado na língua espanhola, na qual, em suas diversas variantes de formulações – *cree (juzga, piensa) el ladrón que todos son de su condición* –, soma (em 11 de junho de 2023) cerca de 100.000 aparições em buscas no Google.

Malandro

Embora Houaiss indique 1881 como a data de origem do vocábulo, a palavra (e a realidade do malandro) é muito mais antiga: aparece na BN em 1845 e é frequente na segunda metade da década de 1840.

Uma das ocorrências da palavra na imprensa ocorre como um dos tantos insultos dirigidos ao recém-destituído presidente da Província de Alagoas, Henrique Marques de Oliveira Lisboa, em referência a seu polêmico governo:

Foram tão notorios os desatinos que o Sr. Marques Lisboa praticou, em sua tresloucada administração (...). (Ele) perdeu a tramontana, deixou esgarar a barquinha, toda desarvorada, por cima dos abrolhos, e deu com tudo em vasa-barris! Ápage! Como he malandro! Miseravel, mil vezes miseravel! (Diario de Pernambuco, Recife, 6 de dezembro de 1845).

Não demoram a aparecer “malandrice” e “malandragem”. Contra um funcionário público, que não comparecia ao trabalho alegando doença, investe um missivista:

Que o motivo allegado dessa falta não era molestia, mas sim malandrice, não ha quem ignore, pois, todos o viam pelas ruas desta

cidade com uma massa de papéis debaixo do braço (Diário de Pernambuco, 24 de setembro de 1850).

E, de um astuto golpista, diz o redator que ele o fez

traindo o traidor que abandonava sua pátria para se meter na vida ociosa da malandragem com dinheiro (Folhinha Civil e Ecclesiastica para o Anno de 1861, Rio de Janeiro).

As formas “malandrino” e “malandrim” são ainda mais antigas e já aparecem na BN em 1822 e 1825, respectivamente.

Mané

“Perdeu, Mané, não amola!” foi simplesmente a frase do ano de 2022. Com ela, o ministro Luís Roberto Barroso rebateu um bolsonarista que resolveu interpelá-lo numa rua de Nova York.

Essa gíria existe pelo menos desde 1966, quando Morengueira, o sambista e malandro Moreira da Silva, o rei da gíria carioca, a ensinou ao notável etimologista e dicionarista Antenor Nascentes. O diálogo entre os dois “filólogos” foi promovido pela revista *Manchete* para que Nascentes pudesse se familiarizar com dezenas de novas gírias cariocas de então (a imensa maioria, naturalmente, hoje extintas). A certa altura da conversa, Morengueira, depois de explicar que a gíria permite uma comunicação somente inteligível para o grupo de confiança do usuário, conclui:

Aí, a gente despista o Zé Mané. Zé Mané é o otário, compreende? (Manchete, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1966).

Claro que, pela lei do mínimo esforço, com o tempo prevaleceu a forma compacta: simplesmente Mané. O ministro ainda conseguiu revitalizar o sentido antigamente muito empregado de “aborrecer” e “importunar” do verbo “amolar”. Antiquíssimo, já aparece na imprensa em 1869:

– Negro, não me amoles. Vai-te embora (Voz da Verdade, Santa Catarina, 11 de novembro de 1869).

A formulação “Vá amolar o boi”, também muito antiga, surge no começo do século 20 em *O Malho* (Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1904).

(fazer as) Necessidades

Certas expressões se perpetuam, permanecendo imutáveis. É o caso desta, que aparece na BN já em 1839, no relato de um estrangeiro que visitou o Rio de Janeiro algum tempo antes e fala de um terreno extremamente imundo, no qual confluíam várias ruas, cercado de um muro

...que veda toda a vista para o exterior (...). Consente-se não só que se façam ali os despejos daquela parte da cidade onde não há latrinas, nem canaes subterrâneos, e que se arrojem para ali os animais mortos e moribundos, mas até que os negros e a ralé da população vá lá fazer as suas necessidades, à vista das famílias que sobem no terraço que está na parte do mar (O Despertador, Rio de Janeiro, 15 de março de 1839).

Parar no hospital

Dentre nossos diversos usos do verbo “parar”, há algumas curiosas singularidades. Examinamos aqui duas fórmulas constantes e muito antigas, praticamente bicentenárias na imprensa: “foi (/ir) parar no hospital” e “foi parar na cadeia”. Ninguém diz que o menino, ao atingir a idade certa, “foi parar na escola” ou que um jovem, tendo sido aprovado na entrevista, “foi parar no emprego”. Agora, nos dois casos citados antes (nos quais há uma internação), é muito usual dizer, por exemplo, “ingeriu comida estragada e foi parar no hospital” e “não teve nada que ver com o tumulto, mas foi parar na cadeia”.

Já em 1831 surge na imprensa “foi parar ao hospital”, que ocorre numa análise médica do trágico caso do jovem francês Tarare, um pobretão que ganhava a vida em espetáculos popularescos, como estômago de avestruz: ingerindo enormes quantidades de comida, além de rolhas, pedras e outros objetos.

...até que foi parar ao Hospital de Versailles depois de ter desaparecido por algum tempo (Semanario da Saude Publica, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1831)

E já em 1838 aparece “foi parar à cadea” em um anúncio do “dono”, oferecendo recompensa a quem lhe restituir seu escravo fugido, João, de tais e tais características:

...foi marinheiro na carreira do Rio Grande, e por circunstancias foi parar à cadea desta cidade, aonde o anunciante o comprou (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1838).

Desde os anos 1830, ambas as expressões são igualmente constantes na imprensa, e cada uma delas supera de longe o milhar de incidências na BN.

Esses modos de dizer não se dão por conta de “paradas” de longa duração (como seria o caso de “se continuar bebendo, você vai parar no cemitério”), até porque se aplicam também a “estadias” curtas, pois o sujeito pode ter ido parar nos congêneres pronto-socorro ou na UTI (por um par de horas) ou na delegacia (só para prestar esclarecimentos). E esses casos podem, obviamente, ser bem menos duradouros do que na escola ou no emprego, já mencionados.

Não me arrisco a afirmar o porquê de dizermos “ir parar no hospital/cadeia”, mas observo que “ir parar” é também aplicado para fatos inusitados, como o caso da torcedora do Santa Cruz Futebol Clube, de Pernambuco, que acabou indo parar em cima do bandeirão do clube, estendido pela torcida ao longo da arquibancada do estádio, o que gerou até memes na internet⁴. Ou como este outro caso bizarro de torcidas:

Dentadura vai parar no gramado em Caxias x Grêmio

Um fato curioso marcou a comemoração do gol do Caxias sobre o Grêmio neste sábado, no primeiro jogo da final do Campeonato Gaúcho. Uma dentadura foi parar no gramado do Estádio Centenário e atingiu o repórter Fernando Becker, que fazia a transmissão para Sportv e Premiere.⁵

⁴ Cf. em <https://globoplay.globo.com/v/11673015> (acesso em 21 de junho de 2023).

⁵ Cf. em <https://ge.globo.com/rs/futebol/campeonato-gaucho/noticia/2023/04/01/dentadura-vai-parar-no-gramado-do-centenario-em-caxias-x-gremio-video> (acesso em 21 de junho de 2023).

Nessa mesma linha, já em 1826, *O Imperio do Brazil* (número 22), falando do inesperado fim do outrora todo-poderoso Napoleão, que tinha cerceado a liberdade de imprensa, afirma:

Buonaparte fez callar não só a França, mas a Europa inteira, Buonaparte foi parar a Santa Helena, e continuarão os escriptores.

Finalmente, na forma interrogativa, a expressão pressupõe desaparecimento misteriosa ou devida à intromissão de alguém que mexeu indevidamente em algo: “Onde foi parar meu guarda-chuva?”, “Onde foi parar o grampeador que estava na minha gaveta?”, “Onde foi parar o dinheiro que investi?”. Ou ainda, antevendo a deterioração de uma situação já deplorável: “Onde é que vamos parar?”.

(com o) Perdão da palavra

Se hoje – para o bem e para o mal – tendemos a uma linguagem mais direta e por vezes crua, antigamente havia maior pudor da fala / escrita, que levava a evitar (atenuar ou disfarçar) palavras e expressões do escabroso, escatológico ou simplesmente chulo e grosseiro. Se bem que, comparativamente, a imprensa do século 19 era mais agressiva e direta em embates pessoais, intelectuais ou políticos, mas sem palavrões.

Nossos tabuísmos deram origem a, por exemplo, eufemismos nas interjeições: “puxa”, “puxa vida”, “poxa”, caramba⁶, “caraca”, “cacilda”, “pombas”, “putz” etc. e outras formas atenuadas substitutivas de palavrões, como “ponte que partiu” (relativamente frequente na BN desde 1968). E também a fórmula “Com perdão da palavra”, com que o falante anunciava que ia tomar a liberdade de se permitir o uso de um vocábulo ou locução “inconveniente”... É o caso do verso de Adélia Prado: “Com perdão da palavra, quero cair na vida”⁷.

Pode ser histórica e sociologicamente interessante, verificar como, em outras épocas, se fazia uso da expressão e quais palavras vinham acompanhadas do pedido de perdão. Assim, já na primeira aparição na BN (“Correio Mercantil” RJ, 06-04-1851), ao referir-se a uma “grandíssima asneira” de Fulano, segue-se “com perdão da palavra”. O mesmo após mencionar “diarréia” e “vômito” (“Correio Paulistano” 21-12-1855), novamente junto a uma qualificação de “asneira” (“Diario de Pernambuco” 24-05-1859), “estes Phariseus” (“Argos” SC, 04-07-1857), e em um excesso de pudor (“O Novo Iris” SE, 04-11-1851), ao dizer que a ignorância “engendra (com perdão da palavra) o orgulho”. O “Brasil Commercial RJ, 18-05-1858” pede perdão até para referir-se a alguém que pudesse aceitar “uma tarefa corruptora”! Não poderia faltar alguma referência ao diabo: “com o perdão da palavra, disse o que o diabo esqueceu no inferno! Desaforo!!” (“Correio Paulistano” 26-02-1865). Pede-se perdão pela palavra de gíria: o júri deixou livres dois “innocentões” (“Correio Paulistano” 18-03-1865). O mesmo jornal (02-04-1865), ao referir-se ao infeliz nome de um beco paulistano, “beco do Solano” pede o perdão da palavra, que é o nome do vilão da Guerra do Paraguai, então em curso, “o generalito Lopes”. Nem o antigo dito da porca é poupado: “Aqui he *que a porca torsse*, com perdão da palavra, o *rabo*” (“Diario de S. Paulo”, 03-04-1866). O “Bazar Volante” (RJ, No. 21, 1864) pede perdão por ter

⁶ Cf. Blog de Sérgio Rodrigues (31-07-2020). <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/caramba-puxa-e-outros-eufemismos> Acesso em 05-12-2023.

⁷ Adélia Prado, “O alfabeto no parque” em *Poesia Reunida*, Siciliano, 1991, página 260. Já a sentença de Clarice Lispector: “Com perdão da palavra, sou um mistério para mim” (“Jornal do Brasil” RJ 22-08-1970), parece indicar um outro tipo de “impropriedade”, como se ela pedisse perdão para a grandiosa palavra “mistério”, algo de origem divina (cf. verbete “*Deus Ludens*”), por uma espécie de “profanação”...

deixado escapar a palavra “entrudo”, sinônimo de carnaval, banido pela polícia, dez anos antes, pelos excessos nas “brincadeiras” a que estava ligado, dando lugar ao moderno carnaval.

Na imprensa atual, o uso da expressão “com perdão da palavra”, serve para acompanhar palavrões explícitos (muito mais frequentes do que nos séculos 19 e até meados do 20) e também, jocosamente, após usar palavras pouco usuais (como “efeméride”, “despautério” etc.) e ainda no sentido irônico, invertido, como fazia “O Pasquim”: “Com perdão da palavra, você é fiel?” (18-12-1969). O mesmo jornal referia-se a desafetos, por exemplo Nelson Rodrigues, acrescentando o pedido de perdão assim que citava seu nome...

Pinguço

Em sua primeira e isolada aparição na BN, no final do século XIX, “pinguço” era simplesmente “pinga”: “tomar “um pinguço com agua e assucar” (“Correio Paulistano”, 28-05-1889).

O vocábulo, então desaparece por mais de 20 anos da imprensa e só ressurge na BN a partir de ‘1920, já com o sentido de “bebedor de pinga”, “cachaceiro” e é também apelido de jogadores de futebol, membros de blocos de carnaval etc.

(conhecer pela) Pinta

Uma manchinha, um pequeno sinal, um indício já permitem, por vezes, a compreensão do todo de uma pessoa, coisa ou situação. É esse o sentido da antiga expressão, já registrada por Rolland, “conhecer pela pinta”, ou seja “à primeira vista”, com “um bater de olhos”. Daí procedem modos de falar como “tem boa pinta”, “tem pinta de craque” e “tem pinta de malandro”.

A expressão rollandiana aparece na imprensa em meia dúzia de matérias já em 1829, sempre com esse mesmo sentido. Por exemplo:

O nosso Augusto Imperador e seu sabio Ministerio (...) conhece mui bem pela pinta, e mesmo de longe pelo cheiro os anarchistas, democratas e motinos; não se engana na escôlha das pessoas a quem deve confiar os Governos das Provincias, e os outros diversos Empregos da publica Administração (O Censor Maranhense, 5 de maio de 1829).

Hoje, passados 150 anos, a expressão continua sendo empregada normalmente.

(em) Português claro/em bom português

“Para falar em português claro” é expressão que se emprega desde o começo do século 19 para indicar que se pretende despir um discurso ou uma alegação de sua roupagem tecnicista (jurídica), de eufemismos etc. e dizer claramente do que se trata.

O Parlamentar (Rio de Janeiro, 26 de maio de 1838) recolhe o veemente discurso de um deputado:

Nada disso admira. Quando se tem feito o projecto de aterrar e de impôr silencio a hum homem que tem a franqueza de dizer em por tuguez claro certas verdades que convem callar, tudo he permitido: calumnias, convicios, injurias.

No mesmo sentido, utiliza-se também, com a mesma antiguidade, “em bom português”. Em 1826, ante as esfarrapadas desculpas de um general para não cumprir a ordem de mobilizar as tropas, um deputado investe:

(O general alega falsamente que) para ter lugar a execução da ordem da marcha, não mandára publicar no Diário o aviso, que recebera para a remessa da tropa, mas, na verdade em bom português quer isto dizer, que para armar a cilada, surpreender e arrebataram os soldados, guardou profundo silencio (O Parlamentar, Rio de Janeiro, 1874, ata da sessão de 26 de julho de 1826).

Rapadura é doce, mas não é mole não

Por meio de uma feliz metáfora – a da rapadura, doce mas dura –, a sabedoria popular expressa que muitas situações têm dois lados e que o bem é, por vezes, difícil de conquistar (o clássico conceito filosófico de *bonum arduum*).

A expressão, que acabaria por se tornar proverbial, é encontrada na BN como título de um artigo crítico a Assis Chateaubriand, ainda em sua forma primitiva:

A rapadura é doce mas é dura (O Radical, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1938).

Nesse mesmo ano de 1938, já existia a expressão “não é mole não”. O jornal *A Noite Ilustrada* (Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1938) aplica-a a um bebê, campeão de robustez infantil.

Na década de 60, aproximando-se da formulação vigente hoje, surgem versões modificadas. Em 10 de março de 1960, em *O Acreano*, diz o tenente sobre a colônia penal que ajudou a construir:

Esta Colônia é como uma rapadura, é doce mas não é mole, é dura.

E, em 24 de fevereiro de 1963, foi publicado no *Correio Braziliense*:

Filósofo de Mondubim se preparando para descansar no carnaval: “A vida é uma rapadura. É doce mas não é mole”.

Finalmente, em 30 de novembro de 1979, surge na BN o “não” final, que perfaz a fórmula hoje consagrada. Falando das vicissitudes de Geraldo Vandré com a censura do regime militar, o artigo de *O Jornal do Recreio*, de Minas Gerais, conclui:

Rapadura é doce, mas né mole, não!

Rei Pelé

Pelé, então um garoto de 17 anos, encantou o mundo na Copa do Mundo de Futebol de 1958, na Suécia, e durante anos – até o final de sua carreira, em 1977 – foi considerado o Rei do Futebol. Embora passem anos e décadas e surjam novos supercraques (e mesmo com novas gerações, que não viram Pelé jogar), Pelé é e sempre será o Rei do Futebol, como se confirmou quando da imensa comoção mundial por ocasião de sua morte, em 29 de novembro de 2022.

O que se nota na BN é que, antes de Pelé, não havia um atleta rei absoluto do futebol. Falava-se que tal time ou tal selecionado seria o rei do futebol, que o craque Stanley Matthews era o “rei do futebol inglês”, que Heleno era o “rei do futebol

carioca” etc. Até se podia proclamar a realeza de Domingos da Guia, Zizinho ou Araken, mas era mais por conta de entusiasmos passageiros e – numa época em que os meios de comunicação eram incipientes – longe de qualquer pretensão de universalidade. Pelé, sim, foi unanimidade mundial.

Uma primeira menção dessa realeza na imprensa ocorre logo após a conquista da Copa de 1958, quando *A Gazeta Esportiva*, em 22 de agosto de 1958, noticia que uma loja de eletrodomésticos de São Paulo entregou mimos a jogadores da seleção brasileira e Pelé, como revelação e “o mais jovem rei do futebol”, foi contemplado com um prêmio especial: um aparelho de televisão da General Electric.

No ano seguinte, a *Manchete Esportiva* (Rio de Janeiro, 16 de maio de 1959) traz o artigo “Rei Pelé anda de bonde” e a então muito famosa revista *Manchete* começa a chamar Pelé, sem restrições, de “Rei Pelé”, a partir do artigo “Dez histórias do Rei Pelé”, de 17 de outubro de 1959. O título pegou e já na década seguinte há mais de 2 mil incidências na BN a esse título de Sua Majestade.

Mas, antes mesmo da Copa de 1958, a realeza de Pelé já tinha sido cabalmente proclamada pelo jornalista Nelson Rodrigues (1912-1980) em sua página “Meu personagem da semana”, na *Manchete Esportiva* de 8 de março de 1958:

Depois do jogo América x Santos, seria um crime não fazer de Pelé o meu personagem da semana (...). Examino a ficha de Pelé e tomo um susto: 17 anos! Há certas idades que são aberrantes, inverossímeis. Uma delas é a de Pelé. Eu, com mais de 40, custo a crer que alguém possa ter 17 anos, jamais. Pois bem: verdadeiro garoto, o meu personagem anda em campo com uma dessas autoridades irresistíveis e fatais. Dir-se-ia um rei, não sei se Lear, se imperador Jones, se etíope. Racialmente perfeito, do seu peito parecem pender mantos invisíveis. (...)

O que nós chamamos de realeza é, acima de tudo, um estado de alma. E Pelé leva sobre os demais jogadores uma vantagem considerável: a de se sentir rei, da cabeça aos pés. Quando ele apanha a bola e dribla um adversário, é como quem enxota, quem escorraça um plebeu ignaro e piolhento. E o meu personagem tem uma tal sensação de superioridade que não faz cerimônias. Já lhe perguntaram: “Quem é o maior meia do mundo?”. Ele respondeu, com a ênfase das certezas eternas: “Eu”. Insistiram: “Qual é o maior ponta do mundo?”. E Pelé: “Eu”. Em outro qualquer, esse desplante faria rir ou sorrir. Mas o fabuloso craque põe no que diz uma tal carga de convicção, que ninguém reage e todos passam a admitir que ele seja, realmente, o maior de todas as posições. Nas pontas, nas meias e no centro, há de ser o mesmo, isto é, o incomparável Pelé.

Sem pés nem cabeça

Desde a década de 1810 essa expressão já aparece na imprensa, no sentido que tem ainda hoje: coisa sem sentido, sem lógica, disparatada. Os primeiros registros são do *Correio Braziliense*:

Permittir-me-ha V. Exa. que chame a isto um manifesto; para que não haja quem lhe chame por esacarneio uma Domingaida, ou papel sem pez nem cabeça (1812).

Isto succedeo assim não somente porque S. Exa. he um despropositado sem pes nem cabeça (1815).

A prompta dispersão dos rebeldes mostrou que tal revolução não tinha pés nem cabeça, como é bem de supôr (1817).

***Synkhaírein*, o antônimo da inveja**

A inveja é muito conhecida, falada e temida – teria até poderes destruidores sobre plantas, animais, crianças e adultos – e há uma variedade de amuletos para defesa contra essa terrível energia negativa (alho, figa, variadas plantas para espantar mau olhar etc.); mas dispomos, na linguagem viva, de uma palavra que expresse exatamente o seu contrário, seu antônimo?

Se a inveja é basicamente o entristecer-se pelo bem alheio, seu contrário deve ser o alegrar-se pelo bem do outro. Uma palavra que se aproxima é “congratular”, mas é formal, opaca e pouco usada entre nós. Ela expressa a alegria compartilhada pelo bem do outro, com quem nos congratulamos, isto é, nos co-alegramos (manifestamos nossa alegria). Essa comunhão na alegria é sugerida também pela forma depoente dos verbos latinos *gratulo* e *congratulo*. A forma depoente está a indicar que a ação descrita no verbo não é ativa nem passiva, mas uma ação que, exercida pelo sujeito, repercute nele mesmo. Ou seja, no caso, que a alegria que externamos ao felicitar tal pessoa é também nossa: tornamos próprio o bem do outro.

Em diversas de suas obras, o pensador espanhol Pedro Laín Entralgo sugere uma palavra do grego, *synkhaírein*, empregada pelo apóstolo Paulo em seu célebre capítulo 12 da Primeira Epístola aos Coríntios, no qual comenta como os cristãos somos membros de um mesmo corpo e estamos interligados.

Assim como o invejar é deletério, o *synkhaírein* é situado por Laín no centro mesmo da estrutura real do amor de amizade cristão, que, em sua plenitude, deve ser compassivo e congratulante, mas a primazia é do *synkhaírein*.

Compassivo e congratulante. A compaixão, o fato e o hábito moral de padecer simpaticamente com o outro as vicissitudes penosas de sua vida pessoal, é dever elementar da convivência amistosa. Mas histórica, moral e religiosamente, esse dever se situa abaixo do mandamento da congratulação. “Se um membro padece – diz São Paulo aos Coríntios – todos os outros membros padecem com ele (*sympaskhei*); se um membro recebe honra, com ele se alegram (*synkhaírei*) todos os membros” (I Cor., 12, 26).

Para além do mero *sympaskhein*, do simples “compadecer”, com suas patentes ressonâncias fisicistas e estóicas, São Paulo estabelece o dever do *synkhaírein*, a ação de “congratular-se”, de celebrar como própria, a alegria alheia. Compadecer é fácil; congratular-se *de verdade*, nem tanto. O hábito de uma congratulação real e não meramente formal e social, é um bom *test* cristão para estimar retamente a verdadeira disposição dos homens com relação à convivência e à amizade⁸.

A seguir, Laín distingue no amor de amizade cristão, o “amor de proximidade” (ao “próximo”) e “amor de amizade *stricto sensu*”; aquele, dirigido a “uma pessoa”; este, a tal pessoa determinada. O samaritano, tipo cabal do amor ao próximo, pode muito bem ter se despedido sem saber sequer o nome do homem a quem socorreu tão caritativamente: tratou-o como pessoa e não como objeto, mas não houve amizade em sentido estrito. Esta só ocorre quando dirigida “à singularíssima e

⁸. *La amistad entre el médico y el enfermo en la Edad Media*. Madrid: Gráficas Uguina-Melendez Valdés, 1964. pp. 21-22.

intransferível pessoa do amigo, e só a ela, em princípio” (o que se dá quando há confiança).

A propósito dessa amizade, limitada a poucos, Laín lembra a ponderação de Aristóteles: é difícil congratular-se (*synkhaírein*) e condoer-se (*synalgein*) intimamente com muitos (*Et. Nic.*, IX, 10, 1171 a 7). E, neste caso, mais do que a mera formalidade expressa por nossa palavra protocolar, “congratulações”, o *synkhaírein* envolve profunda alegria, admiração e entusiasmo...

Tirar o pai da força – e outras pressas antigas

As realidades mudam, mas, por vezes, as expressões delas tomadas permanecem por muito tempo depois de seu desaparecimento. Foi o que aconteceu com algumas formas para indicar pressa, velocidade e urgência. Curiosamente, o século 20 manteve expressões de épocas anteriores nesse sentido, apesar de suas próprias invenções superarem as realidades já desaparecidas ou obsoletas.

A última pena de morte por enforcamento no Brasil deu-se em 1876⁹, mas na década de 1890 surge na imprensa o piedoso ato de “tirar o pai da força” como tipo de pressa e, como tal, vai ser usado na imprensa em todo o século 20.

Como por vezes ocorre com expressões novas, em suas primeiras aparições o uso vem acompanhado de algum comentário ou comparação explícita. Assim, em folhetim sobre o contraste da pacata e sossegada vida de antigamente com o frenesi do novo tempo, lemos:

(era tudo tão lento, mas) ninguém se queixava da demora! Mas agora?! Deus te livre! Até chega a parecer que vão tirar o pae da força, mal comparando! (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 de março 1895).

E em outro periódico:

Passou aceleradamente, como quem tinha de tirar o pae da força (O Fluminense, Rio de Janeiro, 11 de março de 1896).

Ao buscarmos na BN “tirar o pai da força” nos anos 2000 a 2009, ainda encontramos 20 incidências, por exemplo reclamando da exagerada velocidade de veículos, manobras políticas etc., tal e qual nas primeiras décadas do século anterior. Nota: o espetacular milagre de S. Antônio (transportado por Deus de Pádua a Lisboa para defender seu pai, injustamente condenado), que foi muito celebrado na época, não é associado à nossa expressão (com “tirar”), mas é referido – sem alusão à pressa – como “livrar” ou “salvar” o pai da força, talvez por querer incluir o significado do ato, também pio e urgente, de remover do patíbulo o cadáver do pai morto.

Apesar do advento dos velozes automóveis, eletricidade, aviões a jato e energia atômica, persistem no século 20 expressões de um tempo vagaroso, como “o castigo vem a cavalo”, “sangria desatada” e “andar sobre brasas” (presente na imprensa desde meados do século 19) e “você veio pegar fogo?”, que se dizia à visita apressada (antes do advento dos palitos de fósforo no Brasil, ia-se pedir lume ao vizinho).

Bem que, hoje, poderíamos substituir expressões arcaicas por outras hodiernas, como, digamos: “por que essa pressa toda, você está levando órgão para transplante?”.

⁹ Cf. www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/04/ha-140-anos-a-ultima-pena-de-morte-do-brasil (acesso em 24 de julho de 2023).

(nos) Trinques – erupção de vulcão adormecido

A televisão – através das novelas, anúncios publicitários, bordões dos programas de humor etc. – é responsável pela criação e difusão de expressões que caem na boca do povo, de modo duradouro ou efêmero. Neste último caso, o exemplo emblemático é o da gíria “boko-moko” (significando tolo, babaca, sem graça), lançada em 1970 num comercial do Guaraná Antarctica que conquistou avassaladoramente a linguagem popular para, um par de anos depois, desaparecer completamente sem deixar rastro. Muitas outras expressões, como “cafona”, tiveram o mesmo destino.

No sentido oposto temos o fenômeno do uso da expressão “nos trinques”, que explodiu de repente como um vulcão, mas veio para ficar. Trinque é uma espécie de cabide (ou arara) usado por alfaiates ou vendedores para manter a roupa sem amassar. Daí ficar, andar ou estar nos “trinques” é usada, desde o século XIX, para indicar elegância, apuro no vestir e, por extensão, “estar tudo em ordem”. É o caso de um pobre vaqueiro, que andava sempre mal vestido até que um dia resolveu aprumar-se para falar com a moça pela qual se apaixonara, e então:

...tratou de arranjar um fato mais bomzinho, compoz-se, ficou até nos trinques (O Paiz, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1898).

Numa certa região, a má qualidade da água motivou a rigorosa vistoria do “sr. dr. inspector de saúde pública”, que

depois de escrupuloso e detido exame, chegou à evidencia de que tudo por alli anda nos trinques de limpeza (Pacotilha, Maranhão, 16 de setembro de 1884)

A expressão sempre foi usada na imprensa nacional, mas relativamente muito pouco. Até que, da minguada meia dúzia de incidências na BN nos anos 1980, passa para 500 nos anos 1990 e instala-se firmemente no falar do povo.

Parece que esse *boom* foi motivado por seu uso, desde meados de dezembro de 1989, na novela *Tieta do agreste*, da Rede Globo de Televisão. A revitalização da expressão também em Portugal é atribuída à grande influência das telenovelas brasileiras.

Trotes telefônicos

A partir do aparelho identificador de chamadas (a comercialização do Bina é de meados dos anos 1990), a prática do trote telefônico sofreu um golpe decisivo. Antes disso, o trote era muito frequente, assumindo diversas formas, desde infames piadinhas a criminosas chamadas de alertas falsos para o corpo de bombeiros.

Havia alguns trotes jocosos clássicos (sem falar nos obscenos e insultuosos), como:

- Alô, aí é do açougue?
- Não.
- Então como é que eu vi uma vaca no caixa?

- Alô, eu queria falar com o senhor Honesto.
- Aqui não tem nenhum Honesto.
- Ah, então aí todo mundo é ladrão.

- Alô, é da padaria, o pãozinho já saiu?
- Já, sim senhor.

– E quando é que ele volta?

Um amigo lusitano contou-me um clássico de Portugal:

- É do cabeleireiro? Faça-me o favor de chamar minha esposa.
- Qual o nome da senhora?
- Maria Gustava dos Prazeres e Moraes
- A atendente, ingênua, grita:
- Dona Maria Gustava dos Prazeres e Moraes.

Note-se que, na pronúncia de Portugal (que, por vezes, não distingue o “o” do “u” e o “e” do “i”), a última frase da piada soa “Maria gostava dos prazeres imorais” (além do mais, lá o “gostava” vale como “gostaria”).

No Brasil, o trote é praticamente tão antigo quanto o próprio telefone. Na página de divertidas notas da revista carioca *Fon-Fon* de 12 de março de 1921 (quando os números de telefone no Rio ainda eram de três ou, no máximo, quatro dígitos), encontramos esta:

Mademoiselle, no outro dia, quiz passar um trote e foi lograda (...). O jornalista percebendo que a ligação era de longe, de Petropolis talvez, só por maldade prendeu Mademoiselle no aparelho mais de uma hora. Assim, além de lhe dizer tudo o que veio a cabeça, elle ainda vai fazer com que Mademoiselle pague uma conta “salgada”, pela “ligação”. Isso porque naturalmente a palestra atravez dos fios telephonicos esteve com muito sal.

Em *O Jornal* (Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1929), o jornalista e acadêmico Medeiros e Albuquerque, fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL), publica um libelo, “Ordem do dia”, contra os trotes. Começa comentando a notícia de que um negociante descobriu por acaso quem era que o importunava com seguidos trotes insultuosos e aplicou-lhe uma surra tal que o “anônimo” teve de ir ao pronto-socorro. E que, embora ilegal, “foi muito bem feito”. Era o final da época de chamadas feitas por uma central, pouco antes da implantação do “telefone automático”, e o artigo proclama:

Uma das maiores reformas Moraes que se poderiam fazer no Rio de Janeiro consistiria em suprimir o anonimato das telefonadas.

Em regra, o caso não seria muito difícil. Bastaria que, quando se desse uma comunicação, a telefonista anunciasse o número do telefone que ia falar.

O articulista continua dizendo como lida com o problema: desligando imediatamente tão logo se dá conta de que se trata de trote. “Ao engraçadinho que liga e grita ‘Viva o Banco do Brasil’, respondo ‘Viva’ e coloco o fone no gancho”. Se quiserem insultar, “precisam ser extremamente concisos: no máximo, uma palavra!”.

Mas, prossegue o articulista, nem todos conseguem agir assim. Levados pela curiosidade “não conseguem arrancar-se do telefone”. E conclui com o caso de um trote que causou a separação de um casal. A senhora era muito ciumenta e algumas amigas, que sabiam que ela sempre atendia fingindo ser uma criada, ligavam para ela e deixavam recados de amor para que “a suposta criada” transmitisse ao patrão. As rusgas foram tantas e tão intensas que “o marido acabou por separar-se. Consequencias de ‘inocentissimos’ trotes”.

Se já havia trotes no tempo das chamadas por central de telefonista, a revolução e a autêntica euforia causada pelo surgimento do “telefone automático” viria

a potencializar exponencialmente as chamadas e também os trotes, em sua quantidade e teor de malignidade.

Poucos dias depois da instalação oficial do telefone automático em Belo Horizonte (MG), o poeta Carlos Drummond de Andrade retratou o impacto desse novo equipamento na crônica “Os trotes”, publicada em *Barba Azul* (26 de julho de 1931):

A partir de hoje, domingo, fica estabelecido que os trotes telefônicos não terão mais graça nenhuma. Faço esta declaração porque, de anteontem para ontem, os trotes perderam toda a espiritualidade. Até então, eles tinham uma expressão cordial, afetuosa, meiga. Eram pessoas que se perguntavam se ia chover no dia seguinte ou se o bonde Paraúna é perigoso para a saúde. A gente respondia mandando passear em Sabará, de automóvel. Dependurava-se o fone com simpatia. Passar um trote era um prazer. Ser troteado era outro.

Agora as coisas mudaram de figura. Há indivíduos perfeitamente mal-educados que se permitem a inconveniência de discar para a residência de cavalheiros respeitáveis, na ausência destes, para comunicar às suas respectivas esposas certos detalhes da vida dos mesmos, que de modo algum interessam às esposas. Considero isso um desprimor. Por muito desonesto que seja um marido (e geralmente os maridos brasileiros não o são), não vejo conveniência em que sua mulher o saiba. (...)

A pessoa que disca para a casa de um pobre homem, para dizer à mulher que ele a está traindo, naquele mesmo instante, num automóvel verde no caminho da Lagoa Santa, é, positivamente, uma criatura diabólica. O que ela pratica tem um nome feio: chama-se golpe à traição. Nunca se deve golpear um homem pelas costas. Nem pela frente. Nem pelo telefone automático.

Tenho esperança de que daqui a um mês ou dois as coisas melhorem. Isto é, que as pessoas desocupadas de Belo Horizonte deixem esse feio hábito de denunciar os inocentes maridos às suas dedicadas esposas.

(...)

Provisoriamente, enquanto não se obtém esse resultado, proponho que se deixe de achar graça nos trotes telefônicos. Mesmo que a voz seja bonita e esteja indicando uma jovem mais bonita ainda. Mineiro é bicho desconfiado. Na dúvida, não atenda. Se insistirem, não atenda. E em caso extremo, mande chamar o guarda-civil, quebre o aparelho, tire o telefone de casa, mas não atenda, não atenda, não atenda.¹⁰

O trote telefônico, como o próprio telefone, foi precedido de outro trote malévolo e muito temido: o trote carnavalesco. Este consistia em que o cidadão – com anonimato protegido por máscara e fantasia – punha-se diante da vítima na rua e começava a declarar os seus podres em alta voz (reais ou imaginados).

Por exemplo, a revista Fon-Fon (Rio de Janeiro, 12 de abril de 1913) faz uma fofoca sobre uma dessas “brincadeiras”. O noivo, fantasiado de Pierrot, vai à casa da mademoiselle e, vendo-a no portão, “passa-lhe um formidável trote”:

Mademoiselle encabúla seriamente. A mamã vem em seu socorro e pede ao pierrot que não continue. Foi pior. O pierrot passou na mamã um trote medonho.

¹⁰ <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/17747/os-trotes> (acesso em 3 de julho de 2023).

Lembrou-lhe os passeios de automovel em companhia de conhecido deputado; lembrou-lhe... tanta, tanta coisa que a encabulação de Mademoiselle augmentou ainda mais.

No *Jornal das Moças* (Rio de Janeiro, 1918, número 140), uma mulher fantasiada começa a dialogar com um senhor e insinuar-se para ele, até que, em um momento de inspiração, ele intui que a oferecida dama era sua ciumenta esposa que o testava.

Tal como nos trotes telefônicos, não faltavam casos de foliões que, pelo trote, divertiam-se alertando esposas sobre as (alegadas) traições dos maridos.

O Social (Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1926) lamenta que a Polícia tivesse proibido as máscaras no carnaval daquele ano, mas pelo menos esse fato trouxe um enorme alívio:

A Polícia proibindo o disfarce, prestou um grande serviço à muita gente que durante os dias de Folia não sabia de casa sem o temor do trote, uma instituição criada só para descobrir os podres de quem os tinha, isto é, de toda a gente. Hoje já se pôde, enfim, andar despreocupado durante o carnaval, sem o receio de topar com um individuo que nos ponha toda a vida à mostra, contando tudo o que se tem feito e mais alguma coisa que nunca se fez.

Ubuntu: eu sou porque nós somos

Um dos conceitos mais arraigados na tradição antropológica bantu, das línguas (/povos) subsaarianas, é o de *ubuntu*, palavra que se globalizou avassaladoramente a partir da luta (e de suas lideranças) contra o apartheid na África do Sul. Essa palavra é preciosa e contém enorme carga de significado. Nelson Mandela foi considerado a própria personificação do *ubuntu* e o bispo, prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu criou a Teologia *Ubuntu*.

Um fato curioso das línguas bantu é que nelas há classificadores (em geral 10): a primeira sílaba de cada palavra já indica em qual classe de ser (/ pensamento) se situa aquele vocábulo (animal, planta, diminutivo, ação verbal etc.). E há também classificador para realidades acentuadamente abstratas, como é o caso de *ubuntu*.

Um criterioso artigo de Mberia¹¹ mostra a difusão da palavra *ubuntu* (/ suas variantes), arraigadíssima em diversas línguas bantu, remetendo-a até mesmo ao Proto-Bantu (!) e existente na própria origem dessas línguas, na região entre Nigéria e Camarões (p. 113). *Ubuntu* pertence a uma especial classe abstrata, originariamente significando *humaness / humanity* (p.113).

O significado de *ubuntu* é assim resumido por Oppenheim:

A palavra *ubuntu* vem da cultura Xhosa/Zulu, a comunidade na qual Nelson Mandela nasceu e se resume na frase “*Umntu ngumuntu ngabantu*” (...) “uma pessoa é pessoa por meio de outras pessoas” ou “Eu sou porque nós somos” (cit. por Mberia, p. 105).

Na famosa entrevista de 2006 ao jornalista sul africano Tim Modise (cf. p. ex. <https://www.youtube.com/watch?v=HED4h00xPPA>), o próprio Mandela fala sobre o significado de *ubuntu*:

¹¹. Mberia, Kithaka wa. Ubuntu: linguistic explorations. **International Journal of Scientific Research and Innovative Technology** Centre for Promoting Knowledge (CPK) Vol. 2 No. 1; January 2015, pp. 103-115.

Entrevistador: Muitos o enxergam como a personificação de *ubuntu*, como você entende o que é *ubuntu*?

Nelson Mandela: Antigamente, quando éramos jovens, um viajante que parasse numa aldeia não teria que pedir por água ou comida. Bastava ele chegar e as pessoas o atenderiam, dar-lhe-iam comida. Este é um aspecto do *ubuntu* mas há vários outros. Respeito, solicitude, compartilhar, comunidade, cuidar, confiar, abertura para o outro: uma única palavra pode significar tanto e é o espírito do *ubuntu*. *Ubuntu* não significa que alguém não deva ocupar-se de si, mas a questão é: ao fazer isso, é para promover a comunidade a seu redor e promover a melhoria dela?

Em nosso tempo, a palavra *ubuntu* (e a mensagem que ela porta) pode ser poderoso antídoto contra o arraigado envenenamento dos individualismos, partidarismos e ódios vigentes...

Vergonha / vergonha na cara / pingo de vergonha

Reza a lenda, mil vezes repetida, que o historiador Capistrano de Abreu (1853-1927) teria proposto um modelo de Constituição com os seguintes artigos:

Art. 1º Todo brasileiro é obrigado a ter vergonha na cara. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Na verdade, essa é uma versão floreada, “melhorada”, da sentença original, que é mais enxuta e de menos efeito, proferida em

uma entrevista de Capistrano ao jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, publicada em 9 de janeiro de 1926. Em época de proposta de reforma constitucional, após se queixar de que querem atribuir os erros à lei, o historiador afirma simplesmente:

Eu proporia que se substituíssem todos os artigos da Constituição, decretando: “Artigo único: Todo brasileiro fica obrigado a ter vergonha”.

A frase não teve nenhuma repercussão na imprensa na época em que foi proferida. Ela só começa a ser lembrada (por vezes, com ligeiras alterações) na década de 30, até atingir a forma que se cristalizou na lenda, 30 anos depois, consagrada como epígrafe de um longo artigo de David Nasser na difundidíssima revista *O Cruzeiro*, em 14 de abril de 1956.

No artigo, Nasser enfatiza a vergonha com “na cara”. “Vergonha na cara” – a cara que deve se ruborizar – é expressão presente desde sempre na BN, onde aparece pela primeira vez em *O Imperio do Brasil* (Rio de Janeiro, 1º de julho de 1828). Outra forma antiquíssima é “pingo de vergonha”, que, não por acaso, surge na imprensa em sentença que a liga à “vergonha na cara” (*O Governista*, Piauí, 12 de fevereiro de 1848).

Mas há outro aspecto muito importante na entrevista de Capistrano e que tem a ver com o primado da vergonha: a organização da sociedade moderna. Ele investe contra a industrialização e a vida na cidade, lamentando que “abandonámos a lavoura pela indústria. Somos um povo infeliz”.

Quando o jornalista Boris Casoy repete seu bordão “Isto é uma vergonha!”, está pagando um tributo à milenar herança semita (judaica e árabe). Nessa tradição, os pais, mais do que repreender o filho com base em padrões éticos, filosóficos, de

“princípios” etc., preferem simplesmente dizer: “O que você fez é uma vergonha!”. E é que a vida nas aldeias do campo, completamente articulada com o todo da comunidade, torna a vergonha (a honra) um absoluto. Já quem vive, por exemplo, no anonimato de São Paulo (a grande São Paulo possui cerca de 22 milhões de habitantes) não sabe – e nem quer saber – de seus vizinhos e, em todo caso, só se preocupará talvez em não contratar a faxineira que presta serviços a outros no mesmo prédio, para prevenir fofocas.

Notemos também que, em uma sociedade tradicional, o insulto “você é um sem-vergonha” tinha, naturalmente, muito mais força. Hoje, porém, essa ofensa tende a perder força.

Vil metal

Tão antiga quanto a imprensa no Brasil é a expressão “vil metal”, usada para designar dinheiro, no tempo em que este circulava em moedas e não em cédulas. Ela manifesta o poder destruidor da cobiça humana, que pode transformar em vil um nobilíssimo metal: o ouro.

Já em 1822, *O Espelho* (Rio de Janeiro, 9 de março de 1822) registra um discurso que emprega a expressão:

Voltai ao seio de vossas famílias, a onde recebereis por premio de vossas fadigas, não o vil metal, que cobição almas venaes, e mercenarias; mas os agradecimentos, e bemçãos de vossos Concidadãos.

Curiosamente, *A Noticia* (Rio de Janeiro, 8 de março de 1910) menciona a expressão como se ela fosse arcaica:

...aquele homem generoso e desprendido que doava dinheiro, devido a “seu horror ao “vil metal”, como se dizia antigamente.

E *O Malho* (Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1911) põe ao lado de “vil metal” uma nova locução para designar o dinheiro: o “papel immundo” (cédulas):

Soffrendo sempre o duro captiveiro,
Do vil metal e do papel immundo.

Seja como for, mesmo que praticamente não usemos mais moedas (e com o dinheiro cada vez mais digital), a expressão “vil metal” continua vigente (como se pode verificar através de uma busca no Google), talvez porque estejamos vivendo tempos de ganância e corrupção e o dinheiro, mais do que nunca, é visto como vil.

Recebido para publicação em 12-09-25; aceito em 08-10-25